



1 **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família - SEDEF**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**

3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

4 **13 dezembro de 2023**

5 **Plenária extraordinária:** No décimo terceiro dia do mês de dezembro de 2023, em 1ª
6 chamada (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
7 Adolescente – CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 7º andar, do Palácio das
8 Araucárias, situado à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em
9 Curitiba – Paraná, através de *link* do meet: <https://meet.google.com/fmq-ksih-omb> para
10 a realização da Reunião extraordinária. **Participação dos conselheiros (as):**

11 **Conselheiros da SC:** Gabriel de Franco Rocha – suplente (HPP), Henry Baptista
12 Xavier – suplente (UNILEHU), Ana Alzira Fogaça (Instituto de ação social João Paulo
13 II), Débora Cristina dos Reis (ABEC), Yan Leonardo Bem (Instituto Jeferson Bizotto),
14 Priscila Gracieli de Melo (APAE de São Sebastião da Amoreira), Nilson Ribeiro da
15 Silva (SOS Guarda Mirim de Aprapongas), Alexandra Alves José (Epesmel), Nadir
16 Aparecida Silva (AAMEC), Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Oni Maria Barbieri
17 (Ledi Mass) e Thaiza Hernandez Moreira – suplente (Fundação Iniciativa).

18 **Participação dos conselheiros governamentais: Presidente Add hoc - Juliana**
19 **Sabbag (CPCA/SEDEF)**, Viviane Ribeiro Santos (Casa Civil), Clesio de Marins Prado
20 (Paraná Esportes), Amália Regina Donegá (SETI), Priscane de Oliveira
21 (CPCA/SEDEF), Juliana Sheneider (SEAB), Paula Cristina Calsavara (CPAS/SEDEF),
22 Graziela Cristina Peres (SEED), Flávia Palmieri Ziliotto (SEJU), Suelen Glisnki (SETR),
23 Fernanda Crosewski (SESA), Ana Paula Cunha Carvalho – suplente (SESP) e Luciano
24 Arantes Sanches (SEPL). **Colaboradores e assessores:** Bruna Saraiva (OAB/PR),
25 Fernando Redede (NUDIJ/DPE), Carla Andréa Alves da Silva Marcelino (CONSIJ/TJ)
26 e Marcos Gura (NF/SEDEF). **Apoios:** Juliana Muller (SEC), Marcela Gusso (CPCA) e
27 Denise Xavier (CPCA). **Abertura.** A presidente ad hoc Juliana Sabbag começa
28 dizendo que é a última reunião do ano e que estão muito satisfeitos ao longo deste
29 ano tentando construir um plano de ação mais elaborado do que dos outros anos, a
30 câmara do FIA se dispôs a fazer um trabalho de retomada de todas as deliberações de
31 recurso que estavam vigentes com a devida identificação. A primeira planilha é de



32 estornos, que são aqueles recursos que ainda não estavam sendo executados, ou
33 previsões na linha e que neste momento é possível que se estorne, e vai ter um
34 montante perto dos 57 milhões, a outra planilha, que o servidor Marcos Gura
35 (NFS/SEDEF) apresentará, diz respeito ao saldo livre, que não foi deliberado. Esse
36 conselho ao longo do dia de hoje vai fazer algumas considerações, uma das
37 perspectivas de trabalho da câmara do FIA, fala que estão trabalhando com os eixos
38 prioritários do OCA, com a deliberação 12/2023 que estabelece quais são as
39 prioridades do Conselho, usando os cinco direitos fundamentais garantidos no estatuto
40 e uma sexta a linha que é a linha de fortalecimento do sistema, ligando tudo que
41 existia nessa deliberação dos eixos prioritários com o que existia na Loa e no PPA.
42 Não tem lugar nenhum dizendo que todo o recurso que tá livre precisa ser alocado,
43 mas pode fazer uma opção por alocar todo o recurso que esta livre, o que não pode
44 esquecer é que existem três previsões legais onde há uma deliberação do Conselho
45 de uma proporção de valor para a Primeira Infância, para Família Acolhedora e para
46 Medida Socioeducativa, legalmente isso fica estabelecido. Demais questões trazidas
47 ao longo do ano, há uma perspectiva deste conselho de que haja um edital rodando,
48 todas as questões que vão depender de deliberação de recurso precisam ser
49 pensadas hoje, porque se não colocar no Plano de Ação hoje, depois não vai
50 conseguir executar. O encaminhamento da câmara do FIA foi pela revisão e
51 aprovação dos valores para estorno. A câmara do Fia entendeu que se for fazer um
52 estorno na linha de enfrentamento a violência, dentro dos eixos do OCA esse dinheiro
53 permanece vinculado àquela linha que é do enfrentamento à violência e assim com as
54 demais. Foi apresentada a planilha com todos os estornos, *“veja planilha na íntegra no
55 drive do CEDCA”*. A presidente ad hoc Juliana Sabbag diz que tem que fazer uma
56 opção, de que forma fazer, se entender que é preciso poderá dividir os 157 milhões
57 pelas seis linhas, porém, acha importante fazer a reserva dos 18 milhões da medida
58 socioeducativa, e um milhão e trezentos dos equipamentos dos conselhos, além dos
59 80 milhões para um edital que vai ser pensado na sequência. E, então,
60 conseguiríamos partilhar esse recurso ou deixar como FIA livre para outras propostas,
61 pede que os demais deem suas opiniões. A conselheira Alexandra Alves José
62 (Epesmel) diz que considerando que foram realizados os estornos, sugere a
63 possibilidade de alocarmos novamente os recursos nas linhas, para posterior
64 planejamento de um edital mais amplo, porque numa reserva geral de 80 milhões na
65 divisão por linha, pode ficar pequeno o saldo para as linhas que se entende como que



66 precisam de valores maiores, pergunta em relação a essa solicitação de 18 milhões
67 para medidas socioeducativas em meio aberto, sendo que já tem 12 milhões
68 reservados, qual é a proposta para a utilização de 30 milhões de reais para medida
69 socioeducativas em meio aberto, sabendo que tem o cofinanciamento do Governo
70 Federal para os municípios na execução desta ação. Juliana Sabbag diz que a
71 conselheira Paula Calsavara (suplente/ SEDEF) explicará sobre a questão da medida
72 da socioeducativa em meio aberto, sobre o edital de 62 milhões se fez da seguinte
73 forma, o que tinha de recurso reservado para aprendizagem ficou numa linha de
74 aprendizagem, o que ficou para a pessoa com deficiência, ficou na linha da pessoa
75 com deficiência, e assim sucessivamente, porém, tiveram duas linhas com propostas
76 aprovadas com nota 100, que foi a linha de aprendizagem e qualificação profissional, e
77 a linha da pessoa com deficiência, que teve muito mais propostas aprovadas não
78 foram formalizadas, porque a reserva de recurso naquela linha era menor do que a
79 quantidade de propostas, ao mesmo tempo teve a linha de enfrentamento à violência
80 incluindo o trabalho infantil, de acolhimento e as outras linhas onde voltou dinheiro
81 para o fundo, diz que se preocupa em fazer essa divisão de novo, porque foi dessa
82 maneira que não foi possível a execução de quase metade dos recursos. A
83 conselheira Paula Calsavara fala a respeito da proposta de deliberação onde tinha a
84 reserva de 12 milhões e 600 mil para minuta de deliberação para atendimento das
85 medidas socioeducativas em meio aberto, foi feita uma proposta de deliberação que
86 teria um mínimo de repasse para os municípios no valor de 54.000 mil, e aí na
87 discussão com as câmaras chegou-se ao entendimento que precisava ter um cenário
88 mais atualizado de como está a execução das medidas socioeducativas em meio
89 aberto, na qual culminou na realização de uma pesquisa finalizada em outubro, onde,
90 38 municípios responderam à pesquisa de uma forma equivocada dizendo que não
91 tinha o plano municipal de medida socioeducativa, sendo que de fato eles têm, então
92 precisa ajustar com os municípios as respostas da pesquisa. Diz que encaminhou o
93 banco de dados da pesquisa para as câmaras, para compor novos critérios para esse
94 repasse. Na minuta apresentada para o conselho esse ano teve 151 municípios que
95 seriam habilitados e que dariam um montante de 12 milhões, com a realização da
96 pesquisa e de municípios que responderam que tem o plano municipal socioeducativo,
97 tem a previsão de 285 municípios, então fazendo a conta de que minimamente teria
98 um repasse por município de R\$ 54.000.00, que é o valor pago pelos coletivos
99 atendidos por meio do governo federal, precisaria compor então a deliberação no valor



100 de 18 milhões no mínimo para atender essa conta básica que já havia sido pactuada.
101 Então, esse valor complementar é para atender a previsão da pesquisa de pelo menos
102 381 municípios, adequando ao plano municipal socioeducativo. Apenas 18 municípios
103 responderam que não tinham o plano. A planilha está no Drive porque tem outras
104 questões que podem compor o cofinanciamento como, por exemplo, fazer um valor
105 base para os municípios, e os municípios que tem a comissão do Sinase, que se
106 reúne periodicamente, que tem o serviço ou o programa registrado no Conselho
107 Municipal de direitos da Criança e do Adolescente, também podia dar um “Plus” para
108 os municípios que tivessem toda a regularidade do processo de acompanhamento e
109 atendimento dos adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto, então,
110 por isso a solicitação dos 18 milhões. A conselheira Flávia Zilioto (SEJU) se manifesta
111 no sentido da necessidade de uma reserva específica para socioeducação para além
112 do que já tem deliberação, tem um planejamento para o ano que vem, que visa
113 qualificar o sistema socioeducativo, inclusive no fortalecimento do sistema, incluindo o
114 meio aberto, além disso um simpósio Estadual da Socioeducação e outros programas,
115 solicita a reserva também de um montante específico para socioeducação na faixa de
116 10 milhões para operacionalizar todas essas ações previstas para o ano que vem. A
117 conselheira Débora Cristina dos Reis (ABEC), fala que na câmara se tomou todo
118 cuidado para não interromper nenhum processo que o plenário deveria ter a decisão, a
119 câmara não tomou decisão, só indicaram algumas discussões, inclusive pensaram em
120 trazer uma proposta fechada do saldo, mas como dependia desta primeira etapa de
121 estorno dos saldos acharam melhor não mexer ainda na proposta e deixar para o
122 plenário decidir sobre a alocação de recursos. Já fechou a planilha geral de quanto
123 tem de saldo livre, foi solicitado o levantamento dos saldos livres em conta corrente
124 dos recursos que entraram que se soma com os valores estornados. Sobre a
125 equipamentação dos conselhos também tem um embasamento do passado do
126 conselho que teve a questão de toda a retomada da discussão da construção dos
127 conselhos as demais solicitações de recurso, é preciso analisar aqui qual o
128 embasamento sobre essa solicitação. Não é apenas dizer preciso de tantos milhões,
129 porque tem questões históricas nesse conselho que já estão sendo encaminhadas
130 para retomada, tem linhas que faz tempo que não se discute, e o que se pensou na
131 câmara do FIA também foi como está com a LOA 2024 já aprovada, ela conversa com
132 o PPA também, e não tem porque fugir dessas linhas porque já teve essa discussão
133 anteriormente. Diz que estão fazendo um processo inverso. Para ano que vem propõe



134 para iniciar a discussão no início do ano no GT OCA, para quando for fazer a proposta
135 de lei orçamentária, já ter o plano pronto. Então o que nos resta é adequar aquilo que
136 já está colocado para conversar com as leis orçamentárias. Diz que o próximo passo é
137 identificar o que está na LOA e o que encaixar dentro daquelas linhas que estão
138 previstas para 2024, para ter um respaldo orçamentário para execução desses
139 recursos. Juliana Sabbag explica que existem opções de fazer, pode pegar pelas
140 linhas como se fez no edital geral e compartilhar as linhas que são de objetivo de
141 direitos fundamentais e o fortalecimento do sistema, e dividir os valores, e depois
142 montar um edital com os valores que tiveram divididos ou, diz que acha mais
143 interessante fazer uma reserva maior para o edital, montar uma comissão e aí com o
144 montante do edital definir as linhas. A conselheira Débora diz que acha melhor não
145 entrar nessa questão da linha em si, não vamos dar conta dessa discussão hoje, o que
146 a câmara do FIA propõe é não deixar saldo sem deliberar, então, a proposta é
147 deliberar em linhas grandes hoje e depois ir trabalhando desde o início do ano, como
148 será classificado dentro das linhas menores, é imprescindível pra não deixar saldo
149 livre. A conselheira Alexandra solicita mais esclarecimento em relação à questão da
150 medida socioeducativa, porque foi feita uma proposta de deliberação recentemente de
151 uma média de 12 milhões, e naquela planilha que foi apresentada de ranqueamento,
152 observava municípios cuja média anual de adolescentes era zero, e considerando que
153 uma das justificativas para a complementação desses 12 milhões juntamente com
154 esses 18 milhões era atender uma gama maior de municípios, diz que gostaria de
155 saber em relação a esse levantamento que foi feito, porque se tinha municípios que
156 indicavam zero quantidade de adolescentes, não tá elegível. Outra questão indicada
157 para qualificar a proposta era de que fosse priorizado o repasse de recurso a
158 municípios que não tinham CREAS, pergunta se nessa somatória desses municípios
159 esta questão foi observada. Além disso, tinha municípios com saldos em conta com
160 70% do valor ainda sem execução, se isso foi considerado, porque, se vai repassar
161 um recurso para uma finalidade que é similar e ele já tem quase que a totalidade do
162 valor do recurso recebido anteriormente sem executar. Pergunta se na composição
163 geral desse valor de 30 milhões se justifica a partir desses questionamentos, porque
164 tem outras prioridades e pode fazer diferença em outras linhas. A conselheira Paula
165 Calsavara fala que a tabela está no drive e as informações que foram retiradas dos
166 municípios para que os conselheiros fizessem o estudo e indicassem novas propostas
167 para compor essa nova deliberação. O estudo do saldo foi feito para embasar a



168 deliberação apresentada e que o conselho disse que precisava de novas informações
169 para propor uma nova deliberação. Os Conselheiros debatem sobre deixar a reserva
170 do recurso do Conselho Tutelar e das medidas em meio aberto, e com o saldo
171 disponível trabalhar com a LOA e a divisão das linhas. Juliana Sabbag diz que há dois
172 entendimentos, sendo a possibilidade de separar e deliberar alguns recursos que já
173 tinham conversado, e a outra possibilidade de trabalhar com o volume no total. O
174 conselheiro Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), ressalta que manter a uma reserva
175 de 80 milhões é pouco, tem que ser no mínimo 120 milhões, visto a realidade da
176 questão dos projetos. A conselheira Débora pede para não finalizar o ano sem
177 destinação, para alocar o recurso disponível, concorda com o Adriano no valor de 120
178 milhões para esse edital e o restante nas outras duas solicitações, se coloca à
179 disposição para ajudar na construção desse edital das organizações. Juliana Sabbag
180 explana as solicitações, explica que o primeiro pedido é de mobiliário dos conselhos
181 Tutelares no valor de um milhão, trezentos e vinte mil para mobiliar equipamentos das
182 doze sedes de conselhos tutelares que estão nominadas pela deliberação 51/2022 e
183 esse retorno desse recurso de imobiliário e equipamento esta anunciado na
184 deliberação 66/2021, para devolver no momento oportuno e quando as contrações
185 estivessem adiantadas ia se fazer de volta o repasse para essas instituições, a
186 presidente pergunta se tem alguém contra fazer essa deliberação, se todos estão de
187 acordo. **APROVADO.** Fala que dentro das solicitações tem uma solicitação de aporte
188 de dezoito milhões para complementação da medida socioeducativa, de dez milhões
189 para a socioeducação da SEJU e um pedido de cento e vinte milhões para reserva do
190 edital, que se tinha pensado inicialmente em oitenta milhões. Os Conselheiros
191 debatem sobre a distribuição desses recursos, Alexandra acha que está sendo
192 reservada muita parte do recurso para uma linha só de ação no caso da SEJU. Marcos
193 Gura apresenta a planilha dos recursos referente à secretaria da Justiça, a
194 socioeducação soma um valor deliberado de trinta e nove milhões mais ou menos, de
195 tudo que está em andamento, sendo quase vinte e quatro milhões para obras e
196 reparos. Flávia lembra que esse pedido é justamente para ações que não contemplam
197 nem obras nem reformas são todos programas e projetos. Juliana Sabbag segue para
198 um encaminhamento, a conselheira Débora faz a proposta que o restante se coloque
199 para o fundo a fundo, a presidente Juliana, fala que fica muito desigual o valor de
200 deixar cento e vinte milhões para um edital e trinta milhões para o fundo a fundo.
201 Débora diz que somando o que foi tirado para o leite e para as creches dá um valor a



202 mais que esse edital, então, não está desigual, fala que faz tempo que não tem um
203 edital e esse valor pode ser remanejado depois. Alexandra complementa a fala da
204 Débora, traz a memória a composição desse valor. O Conselheiro Gabriel de Franco
205 Rocha (HPP) fala que o edital não será somente de uma linha, então, então, não será
206 aportado recurso somente uma ação. É justamente o contrário, estaríamos reservando
207 um dinheiro que é um montante considerável sim, mas que se torna razoável quando
208 percebe que vai atingir mais de uma linha, então, torna com que seja um recurso
209 suficiente, contribuindo de forma qualificada prática para aplicação de mais uma linha
210 A conselheira Fernanda Crosewski (SESA) fala que não é viável colocar recurso em
211 num único edital mesmo contemplando todas as demais linhas. A conselheira Suelen
212 Glinski (SETR) concorda também da questão dos valores pela quantia de coisas que
213 abarca dentro de um edital, mas como a Juliana falou, realmente o nosso saldo não é
214 de um montante tão grande que consiga colocar todo esse recurso numa única linha,
215 também, tem a necessidade de elaborar alguns levantamentos. Não temos as
216 respostas hoje, e muita coisa pode mudar ao longo do tempo, portanto, não podemos
217 realmente comprometer todo esse valor numa única linha. A conselheira Débora
218 lembra que o Saldo Livre era trezentos e dez milhões, a forma como foi apresentada
219 talvez esteja equivocada, porque já foi tirado uns cinquenta milhões para o leite das
220 crianças e mais setenta milhões para as creches, o saldo livre era maior, os cento e
221 cinquenta e sete milhões foi o que restou. Diz que a ideia dela é não discutir linhas e
222 sim discutir formas de execução. O que a câmara do FIA propõe é ter essa discussão
223 de linhas, de política posterior, fazer uma reserva de recurso, uma proteção do recurso
224 do fundo por conta de toda a finalização do exercício contábil e financeiro. O
225 conselheiro Luciano Arantes fala representante da Secretaria de Planejamento, nos
226 últimos três anos se teve uma política mundial muito instável por conta de pandemia,
227 por conta de guerra e por outras séries de opções, sugere que mantenha a proposta
228 de oitenta milhões porque cento e vinte é um percentual muito grande do que tem de
229 reserva, pensando em toda a instabilidade a nível mundial e que evidentemente vai
230 repercutir no Brasil e no Estado do Paraná, é prudente que mantenha a opção dos
231 oitenta milhões para que possa se precaver do que pode vir a acontecer, diz que ano
232 que vem teremos um ano político, tem toda uma estabilidade política envolve uma
233 série de questões, por questão de planejamento sugere aos membros do conselho
234 que aprove a proposta de oitenta milhões. Sugere usar de elementos técnicos,
235 fazerem uma análise técnica de tudo que é necessário fazer, quais instituições mais



236 necessitam naquele momento que cabe dentro do recurso e num segundo momento
237 discutir novamente com esse colegiado e definir uma nova proposta, tendo uma
238 reserva de caixa e fazer isso de uma maneira mais tranquila. A conselheira Débora
239 fala que as últimas deliberações foram fundo a fundo, as creches, a questão da
240 higiene, as de maiores valores foram fundo e execução direta do estado, então, que se
241 é possível fechar em cem milhões para equalizar, para que tenha um equilíbrio da
242 execução política. Dentro da câmara do FIA chegou à conclusão que não dá para
243 discutir valores pequenos, então dentro dessa lógica é bom deliberar grandes valores
244 para depois pensar como aplicar essa política dentro dos mecanismos de hoje.
245 Pergunta se podem fechar em cem milhões. A presidente Ad hoc Juliana Sabbag
246 explica que fazer uma reserva de oitenta, ou cem, ou cento e vinte milhões sem um
247 diagnóstico concreto e na intenção de que ainda vai produzir um diagnóstico não é
248 razoável, que a fala está aberta a todos os conselheiros, porém, estão se repetindo
249 nos argumentos, achava que oitenta milhões já estava pactuado porque era o valor
250 que vinha sendo falado ao longo do ano todo. A conselheira Ana Alzira (Instituto de
251 Ação Social João Paulo II) diz que tem o recurso e quem delibera o recurso é o
252 conselho, com a definição pelas prioridades, o importante é ter o recurso e fazer a
253 política de acordo com as necessidades que chegam. Débora fala que muitas
254 organizações da sociedade civil fecharam porque não tiveram recursos suficientes
255 para atender, a criança e o adolescente foram os mais prejudicados na ponta Juliana
256 Sabbag pede para a secretária-executiva colocar em regime de votação as propostas
257 sendo: **Proposta 1.** Reserva para um edital de 80 milhões e reserva de 76 milhões
258 para fundo a fundo e outros, total de 156 milhões. **Proposta 2.** Reserva do edital de
259 120 milhões e reserva de 36 Milhões para fundo a fundo e outros, total de 156
260 milhões. **Os conselheiros votaram resultando num empate, conforme o artigo 10**
261 **quando houver empate será formada uma comissão composta por dois**
262 **conselheiros gov e dois da sociedade civil que examinarão a matéria e trarão as**
263 **considerações na próxima plenária.** A comissão ficou formada pela Juliana Sabbag
264 (SEDEF) e Prisciane de Oliveira (SEDEF) como governamentais e Débora Cristina dos
265 Reis Costa (ABEC) e Daniele Dalavechia Chedid Silvestre (Fundação Iniciativa) como
266 sociedade Civil. Ficando agendada a reunião da comissão para o dia 16 de fevereiro
267 de 2024, com o cálculo do saldo atualizado e a unificação das linhas, e a
268 extraordinária agendada para dia 26 de fevereiro no período da manhã. A presidente
269 ad hoc Juliana Sabbag agradece a todos, dizendo que estão caminhando para



270 conseguir ter linhas em 2024, agradece o trabalho da câmara do FIA e de todos os
271 conselheiros. Deseja a todos um excelente final de ano, um ano novo repleto de luz,
272 de paz, de saúde e que ano que vem possam trabalhar muito juntos pela política da
273 criança e do adolescente. A ata foi redigida pela servidora Marcela Gusso (CPCA),
274 sendo que a após a aprovação a mesma será publicada no Dioe e disponibilizada no
275 site do CEDCA/PR.

276

277